

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. CIÊNCIA GLOBAL DO DIREITO PENAL	25
1.1. O direito como ciência	25
1.2. A ciência do direito penal.....	29
1.3. Direito penal e ciências sociais: interfaces psicológica, sociológica e econômica.....	45
1.4. Ciência penal global e delitos econômicos: (re) visitando franz v. liszt e roberto lyra.....	52
1.4.1. Moderna dogmática penal	60
1.4.1.1. Moderna dogmática penal e delitos econômicos	64
1.4.2. Criminologia.....	68
1.4.2.1. Considerações criminológicas sobre a delinquência econômica: o legado de Edwin H. Sutherland como ponto de partida.....	76
1.4.3. Vitimologia	83
1.4.3.1. Valorização da vítima: o dano moral coletivo na delinquência econômica	89
1.4.4. Política criminal.....	93
2. Criminalidade macroeconômica organizada	101
2.1. Conceito, bens e interesses tutelados.....	101
2.2. Direito penal econômico versus direito administrativo sancionador	113
2.3. Fundamentos e limites da ingerência penal sobre a ordem econômica: a constituição dirigente.....	123

2.3.1.	A ordem econômica na Constituição Federal de 1988.....	133
2.4.	Internacionalização do direito penal: o papel dos tratados e convenções internacionais no combate à criminalidade macroeconômica e à corrupção	138
2.4.1.	Defesa da concorrência no plano internacional multilateral.....	152
2.5.	Buso do poder econômico: a formação de cartel.....	155
2.5.1.	O cartel na Lei Antitruste.....	159
2.5.2.	Tutela penal da livre concorrência: o crime de formação de cartel.....	162
2.5.3.	Cartéis em licitações públicas: déficit de boa governança na Administração Pública brasileira.....	166
3.	Negociação penal como instrumento de política criminal para o enfrentamento da criminalidade macroeconômica organizada.....	179
3.1.	DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO.....	179
3.2.	SISTEMAS PROCESSUAIS PENAIIS: PROCESSO PENAL INQUISITIVO E ACUSATÓRIO.....	189
3.2.1.	Processo penal acusatório na atualidade	196
3.3.	Justiça penal negociada: obrigatoriedade <i>versus</i> oportunidade da ação penal pública.....	204
3.3.1.	Justiça negociada nos E.U.A.: plea <i>bargaining system</i>	214
3.3.2.	Colaboração premiada no Brasil e delitos econômicos: em busca do dinheiro perdido	223
3.4.	Acordo de não persecução penal e as resoluções 181/17 e 183/17 do conselho nacional do ministério público	238
3.5.	Criminal <i>compliance</i> , acordos extrapenais e seus reflexos no enfrentamento à criminalidade macroeconômica organizada.....	247
3.5.1.	Acordo na improbidade administrativa e termo de ajustamento de conduta.....	252

SUMÁRIO

3.5.2. Reflexos penais do acordo de leniência na Lei de Defesa da Concorrência	260
3.5.3. O acordo de leniência na Lei Anticorrupção	267
CONCLUSÕES.....	275
REFERÊNCIAS.....	279